



Giovana Silva Lerda

**Rumo a uma política externa feminista:
O caminho traçado pela Suécia**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre (Opção profissional) pelo
Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de
Políticas Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Elena Rodriguez Ortiz

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2021



Giovana Silva Lerda

Rumo a uma política externa feminista:
O caminho traçado pela Suécia

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof^a. Dra. Maria Elena Rodriguez Ortiz

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof^a. Dra. Andrea Ribeiro Hoffmann

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof^a. Dra. Mônica Salomón González

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Giovana Silva Lerda

Graduou-se em Mídia & Comunicação em 2007 e concluiu o Mestrado em Mídia & Comunicação Global em 2010, ambos no Departamento de Mídia & Comunicação da Universidade de Estocolmo. Em 2018 ingressou no Mestrado Profissional em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, com interesse na área de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Ficha Catalográfica

Lerda, Giovana Silva

Rumo a uma política externa feminista: O caminho traçado pela Suécia / Giovana Silva Lerda; orientadora: Maria Elena Rodriguez Ortiz. – 2021.

42 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Política externa. 3. Feminista. 4. Suécia. 5. Empreendedor normativo. 6. Gênero. I. Rodriguez Ortiz, Maria Elena. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

"We gonna walk it out
and move mountains.
And I'll rise up..."

Dedico a todxs que lutam pela igualdade.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio do IRI-PUC. Meus sinceros agradecimentos à coordenação do MAPI e em especial à minha orientadora, Maria Elena, por me ajudar a encontrar um caminho, pela paciência e o incentivo durante todo o processo.

À Embaixada da Suécia em Brasília e ao Consulado Geral da Suécia no Rio de Janeiro, pelo suporte e acesso à informação.

Aos meus amigos e colegas de Mestrado, em especial a Nena, Flavia, Leticia e Liz, pela sororidade e parceria.

Raissa, companheira, editora, família e refúgio.

Andrea Velloso, pelo aprendizado constante e por iluminar a passagem enquanto eu caminhava a estrada menos percorrida.

Flora, pelo carinho, a alegria, e por me tirar de mim.

Mauricio, minha pessoa, faísca da coragem, minha fonte de inspiração e força, a cada passo do caminho.

Sandra e Juan Carlos, professores de vida, amor incondicional, a origem de tudo.

Resumo

Lerda, Giovana Silva; Ortiz, Maria Elena Rodriguez. **Rumo a uma política externa feminista: O caminho traçado pela Suécia** Rio de Janeiro, 2021. 42p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa busca estudar o papel da Suécia como empreendedor normativo da política externa feminista, por meio de um mapeamento histórico dos acontecimentos domésticos e de teorias sobre difusão de normas. Com este intuito traçamos os acontecimentos e atores internos que influenciaram o país a partir da segunda onda do feminismo, até a declaração, em 2014, que seu governo e sua política externa seriam feministas. Avaliamos, por meio das teorias de Finnermore & Sikkink, e Björkdal sobre o ciclo de vida da difusão de normas, se a forma como a política externa feminista foi lançada e divulgada reforça, ou não, o papel da Suécia como empreendedor normativo na esfera global.

Observa-se, com base na forma em que a política é apresentada – um manual, em múltiplos idiomas, com forte estratégia de promoção e divulgação –, que ela surge com o intuito de influenciar outros Estados e atores a adotarem uma visão em prol da igualdade de gênero e assim consegue provocar o debate e dar visibilidade à pauta. Avaliamos que a norma em questão se encontra em estágio de disseminação e que ainda há amplas possibilidades e desdobramentos para a internalização do conceito política externa feminista, pois este encontra-se em pleno desenvolvimento.

Palavras-chave

Política externa; política externa feminista; feminista; feminismo; empreendedor normativo; diplomacia; Suécia; gênero; direitos humanos.

Abstract

Lerda, Giovana Silva; Ortiz, Maria Elena Rodriguez (Advisor). **Sweden's path towards a Feminist Foreign Policy**. Rio de Janeiro, 2021. 42p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research studies Sweden's role as a norm entrepreneur for feminist foreign policy, through an analysis of the country's historical feminist movement, its domestic events and based on diffusion of norms theories. To do this, we analyze the events and internal actors that influenced Sweden, starting from second-wave feminism, until 2014 when the country announced that its government and foreign policy would be feminist. We then assess, by means of theories on the life cycle of norm diffusion by Finnermore & Sikkink, and Björkdal, whether the way Sweden launched and disseminated its feminist foreign policy reinforces, or not, the country's role as a norm entrepreneur in the global scenario.

We observe, based on the way in which the policy is presented – as a manual, in multiple languages, with a strategic promotion and dissemination plan –, that it arises with the intention to influence other States and actors to adopt the feminist perspective. By doing this, Sweden incentivizes the debate on gender equality and gives it visibility. We conclude that the norm in question is still being disseminated and, therefore, that there are ample possibilities for developments in terms of the internalization of feminist foreign policy on a global scale, as the concept is still in development.

Keywords

Foreign policy; feminist foreign policy; feminism; feminist; Sweden; norm entrepreneur; diplomacy; gender; human rights.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 9 |
| 2. Uma visão feminista sobre a política externa..... | 10 |
| 2.1. Quebrando estruturas de poder no âmbito internacional..... | 10 |
| 2.2. Uma política externa com perspectiva feminista..... | 11 |
| 3. Empreendedorismo normativo | 13 |
| 4. Suécia, o caminho traçado | 17 |
| 4.1 Antecedentes da Política Externa Feminista | 17 |
| 4.2. Nascimento da Política Externa Feminista | 23 |
| 5. Suécia, empreendedor normativo da política externa feminista? | 27 |
| 5.1 Surgimento | 27 |
| 5.2 Cascadeamento & Institucionalização | 28 |
| 5.3 Internalização? | 30 |
| 5.4 Críticas & desafios | 31 |
| 6. Conclusão | 35 |
| Referências Bibliográficas | 37 |

1. Introdução

Dois mil e vinte marcou Beijing+25, o aniversário de 25 anos da Declaração de Beijing, assinada por governos de todo o mundo após a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, que reafirmou a igualdade de gênero como uma questão de interesse universal, beneficiando a todos (ONU Mulheres, 2020). Atualmente a sociedade civil, mundo afora, discute os próximos passos do processo Beijing+25, a partir do Fórum de Igualdade de Geração, realizado em 2021.

No entanto, a igualdade de gênero ainda está longe de ser uma prioridade das políticas institucionais no mundo e uma forte onda de retrocesso vem sendo observada em várias frentes, nos últimos anos. Estruturados sob um movimento internacional de países que adotam uma pauta conservadora e pró-família, Estados adotam, em suas políticas externas, posicionamentos que ameaçam direitos consolidados e liberdades pelas quais movimentos sociais vêm lutando há décadas, em especial nas pautas em prol dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. Exemplo disto é a coalizão de países ultraconservadores conhecidos como Consenso de Genebra, liderado atualmente pelo Brasil, que vem se posicionando contra a inclusão de linguagem referente ao acesso a direitos reprodutivos e sexuais, em acordos internacionais e em encontros da ONU (Agência Brasil, 2021).

Contudo, um pequeno grupo de países está lentamente fazendo o movimento contrário, num esforço global pela promoção da igualdade de gênero. Em anos recentes vimos surgir uma série de políticas externas caracterizadas pelo olhar feminista: a pioneira política externa da Suécia, em 2014; as políticas externas da Noruega e a de assistência internacional do Canadá em 2016; o anúncio de uma formulação similar na França em 2019; e o lançamento de uma política externa feminista no México em 2020.

A Suécia, reconhecida há décadas como um país humanitário, que lidera e incentiva iniciativas para promover os direitos humanos mundo afora, tem-se posicionado de forma sistemática e planejada sob a bandeira do feminismo, com o intuito de agir como promotor internacional da igualdade de gênero.

Este estudo traça o caminho que levou a Suécia a declarar, em 2014, que a sua política externa seria feminista, e avalia, a partir das teorias de Finnermore e Sikkink, e Björkdal, como este movimento reforça o papel do país como empreendedor normativo na esfera global.

Com este propósito, faz-se a revisão de literatura sobre o conceito “empreendedorismo normativo”. Em seguida, apresenta-se a experiência da Suécia, uma avaliação do caminho que levou o país a ser o primeiro a declarar publicamente que seu governo, e sua política externa, seriam feministas. Trata-se, então, de alguns dos principais acontecimentos, atores e movimentos internos que, a partir da segunda onda feminista e até os anos 2010, levaram a Suécia a essa declaração. Finalmente, são observados os estágios de disseminação de normas e como o caso da Suécia se encaixa nessa estrutura. A partir de como a norma é apresentada pela diplomacia sueca, avalia-se como esta reforça o papel do país como empreendedor normativo, os desafios e possibilidades, no avanço e luta pela igualdade de gênero no âmbito global.

Esta pesquisa não visa discutir o quão feminista é a política externa da Suécia, mas reconhece que essa linha de pesquisa é uma possibilidade para o futuro. Da mesma forma, não serão analisados os aspectos da formulação da política em si, nesta ocasião, pois limita-se a observar como esta foi divulgada e disseminada.

A dissertação utiliza-se de fontes primárias em forma de documentos do governo sueco e discussões informais com diplomatas suecos, assim como documentação indireta, obtida a partir de pesquisa bibliográfica, como fontes secundárias. À análise de tais documentos, foram agregados testemunhos de diplomatas, *policy makers*, acadêmicos, funcionários de ONGs e de grupos de interesse em geral, disponíveis nos meios digitais: entrevistas, palestras, exposições, debates, relatórios, pronunciamentos etc.

2. Uma visão feminista sobre a política externa

2.1. Quebrando estruturas de poder no âmbito internacional

Até os anos 1980, em que a teoria do feminismo foi apresentada como mais uma corrente teórica alternativa nos debates acadêmicos das Relações Internacionais

(RI) pelo trabalho da pesquisadora Ann Tickner, a perspectiva “tradicional” e a raiz da área acadêmica era o realismo – uma visão que, de acordo com o feminismo, é ocidental, elitizada e masculina, na qual as relações diplomáticas acontecem entre Estados (Tickner, 1988). As discussões de Tickner sobre o realismo como teoria principal revelam o que poderia ser visto como uma miopia dos pesquisadores das Relações Internacionais (RI) que, sendo em sua maioria homens, membros da elite na Europa ocidental e América do Norte, por décadas tomaram como base a própria perspectiva e ignoraram o diverso e heterogêneo sujeito “indivíduo” e suas particularidades. O feminismo é um dos olhares que quebra a hegemonia do realismo.

Os Estudos Feministas trazem como pilares o compromisso ético com a inclusão, a ‘auto-reflexividade’ e uma aguda atenção às relações de poder (True, 2017 p.17). Por isso, se prestam tão aptamente para a luta contra a desigualdade. Reinharz argumenta que muitas vezes, na pesquisa feminista, o gênero ou a feminilidade é uma variável presente na investigação sobre as relações de poder (Reinharz, 1992:249).

A pesquisa social feminista utiliza a teoria feminista em parte porque outras tradições teóricas ignoram ou minimizam a interação de gênero e poder (Reinharz, 1992:249). Desta forma, o feminismo não é uma visão apenas de, e para, as mulheres. Em seus primórdios, o olhar partiu das mulheres, pois a posição de “inferioridade” e a revolta em relação a essa hierarquia imposta socialmente as levou a criar questionamentos em torno da histórica hegemonia do homem branco na sociedade. O conhecimento feminista emerge de um profundo ceticismo sobre reivindicações do conhecimento “universal”, que se baseiam principalmente na vida dos homens brancos ocidentais, e tem como método estudar as estruturas de poder existentes e aplicar um olhar crítico a esse quadro (Tickner, 2005 p.4).

Surge então um olhar sobre as RI com uma forte identidade de questionamento (do entorno e de si própria), que perturba o *status quo*, quebra a exclusividade da hegemonia e faz perguntas “não apenas sobre os poderosos, mas também sobre seu relacionamento com os impotentes” (True, 2017 p.2).

2.2. Uma política externa com perspectiva feminista

Considera-se que uma política externa é o "conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros

Estados ou atores externos (...) formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional" (Pinheiro, 2010, p.7). Tal política pública existe, tradicionalmente, para expressar e defender internacionalmente a segurança, os interesses econômicos e os valores de um Estado. Porém, limitar-se à essa perspectiva, inerente à visão do Realismo sobre as RI, é um desserviço ao propósito original delas; afinal, se a diplomacia tem como objetivo original evitar guerra e conflitos, é fundamental reconhecer que há múltiplos atores e variáveis, além dos Estados do mundo ocidental, a considerar na equação de possíveis conflitos que ameaçam a paz mundial.

Ao adotar o olhar inclusivo e interseccional que caracteriza uma política externa feminista, pode-se argumentar que esta seria uma política consciente das relações de poder presentes em todos os âmbitos do tecido social e que levaria em conta as especificidades e realidades de todos os atores com poder de influência, assim como daqueles afetados pelas relações exteriores.

Sob a premissa de que um governo democrático trabalha para representar os interesses de seus cidadãos, uma política externa feminista e coerente deve refletir os valores, crenças e políticas internas do país, e vice e versa, e considerar as necessidades do indivíduo como constituição de um Estado. Assim, ao oferecer um olhar diverso, o feminismo oferece uma perspectiva das RI que pode servir como estrutura e ferramenta adequada no contexto da luta contra desigualdades e promoção de direitos. Como argumentam as pesquisadoras Lyric Thompson e Rachel Clement, “o feminismo é uma agenda que todos podem promover, que busca igualdade para todos e não o domínio de um sobre o outro” (Thompson; Clement 2019).

Vale notar que não existe um consenso sobre o conceito “política externa feminista”. Há um grupo de pesquisadores e organizações internacionais que atualmente trabalham para chegar a uma definição, que deveria ter sido apresentada como proposta no Fórum Geração Igualdade da ONU Mulheres (Thompson, 2020), adiado de 2020 para junho de 2021 e sobre o qual os desdobramentos ainda não são claros.

A definição de política externa feminista adotada por este estudo surge a partir da análise de Thompson & Clement, (2019) na qual destrincham e estudam as

respectivas políticas externas feministas da Suécia, Canadá e França, países que há mais tempo têm a proposta de uma política externa feminista. O conceito ainda é vivo e está sendo criado e redefinido por cada país conforme avança em sua implementação.

Desta forma, reconhecem-se as características definidas por Tickner para um olhar feminista na definição sugerida por Thompson & Clement para uma política externa feminista. Com a ciência de que o feminismo traz o olhar para o indivíduo, a inclusão, a consciência sobre as relações de poder e uma natureza questionadora, considera-se, nesta análise, que uma política externa feminista deve procurar interromper as estruturas patriarcais em todos os seus níveis de influência (assistência, comércio, defesa e diplomacia), por meio da:

1. Priorização da igualdade de gênero e consagração dos direitos humanos das mulheres e outros grupos tradicionalmente marginalizados;
2. Destinação de recursos significativos para alcançar essa visão;
3. Participação efetiva de ativistas, grupos e movimentos feministas na implementação da política. (Thompson & Clement, 2019).

Dado o processo de construção do conceito mencionado acima, países que já possuem ou que estão discutindo a possibilidade de uma política externa feminista fazem parte de uma gama de atores que tem o potencial de atuar como empreendedores normativos sobre outros países.

Na próxima seção, este conceito será aprofundado.

3. Empreendedorismo normativo

Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998) definem o empreendedorismo normativo nas RI como a ação de grupos ou indivíduos que buscam mobilizar apoio político para promover noções de comportamento apropriado, utilizando diferentes redes e plataformas internacionais, com o objetivo de persuadir Estados e outros atores de que certos comportamentos e ideias têm um forte conteúdo prescritivo. As autoras argumentam que o funcionamento de normas internacionais está “profundamente entrelaçado” com o das normas domésticas, e que isto pode ser visto em exemplos nos quais as normas internacionais começaram como normas domésticas e se tornaram internacionais por meio dos esforços de empreendedores normativos de vários tipos

(Ibid., p.893). Desta forma, faz-se a conexão entre o empreendedorismo de normas de atores que influenciam o Estado para tornar uma norma institucionalizada, e eventualmente tornam o país em questão um empreendedor normativo na esfera internacional. Um exemplo disso é o sufrágio feminino, que começou como uma série de movimentos sociais nacionais internos e tornou-se uma norma internacional.

A definição do que é “apropriado” faz parte da institucionalização de questões éticas em acordos internacionais, esfera na qual a Suécia e os países escandinavos se posicionam há décadas como lideranças, em temas de cooperação internacional em segurança, ajuda humanitária e o desenvolvimento sustentável, três esferas identificadas pela autora Christine Ingebritsen (2002). Um exemplo disto é que até os anos 1980, a assistência humanitária da Suécia era proporcionalmente maior do que a de enormes países doadores, como os EUA e o Reino Unido; nessa época a crise financeira obrigou a Suécia a reformar sua política de assistência internacional, mas, até então, era mal visto pelo país atrelar o fornecimento de assistência internacional a benefícios fiscais ou econômicos para a Suécia, que fornecia esse tipo de suporte por questões ideológicas e pela intenção de fazer o “correto” e ajudar países vulneráveis (Schraeder et al., 1998: 316–17). No entanto, vale considerar que a autopreservação também surge como motivação para fazer o “apropriado”, uma vez que países pequenos, sem recursos materiais ou poder de força física, precisam ter algum outro tipo de poder. Björkdal destaca que, no caso de países como os Nórdicos, o poder normativo pode ser utilizado por atores para criar um nicho para si próprios, na esfera mundial (2007, p 539-542).

Assim, os países escandinavos procuram de forma consistente e ativa exercer influência sobre estados mais poderosos no estabelecimento e fortalecimento de normas globais de cooperação, e fazem isto segundo Katzenstein (1985) com um forte embasamento em “ideologias de parceria social”, dado a proeminência de suas instituições socialdemocratas (Ingebritsen, 2002 p. 12-19). A preferência sociopolítica pela horizontalidade e visão comunitária da Suécia, histórica nos séculos XX e XXI, permeia a sua diplomacia e tem refletido um entendimento que se estende além da esfera interna, para a promoção desses princípios para outras sociedades.

Pesquisas construtivistas sobre as políticas estatais e a sociedade internacional, como as de Lumsdaine (1993) e Reus-Smit (1997), “argumentam que tais acordos são

moldados por crenças profundas”, que na equação da formação de normas encontram-se embutidas crenças éticas e/ou morais sobre o propósito do Estado, o humanitarismo e a justiça (Barnett; Sikkink, 2008, p. 69). Desta forma, as “normas não emergem do nada, elas são ativamente construídas por agentes com fortes noções sobre o comportamento apropriado ou desejável em sua comunidade” (Finnemore; Sikkink, 1998 p. 896), mas também, que elas surgem a partir de uma oportunidade e necessidade destes agentes de se posicionarem em situações de crise.

Finnemore & Sikkink, por sua vez, constroem um ciclo de vida para o empreendedorismo normativo que consiste no surgimento da norma; o “cascateamento” da norma, na qual esta é socializada, imitada e o empreendedorismo normalizado; e a internalização, quando a norma deixa de ser objeto de debate (1998, p. 985-909). Similarmente, em sua avaliação do empreendedorismo social dos países Nórdicos, Annika Björkdal (2007) descreve três passos para que o empreendedorismo normativo possa acontecer na política externa, tendo como referência o ciclo de vida da construção de normas de Finnemore & Sikkink, mas com atenção particular para o modo em que a norma é disseminada:

“Primeiro, o empreendedor normativo escolhe uma ideia moralmente convincente como base para sua política. Em segundo lugar, o empreendedor normativo usa o *advocacy*, que é uma combinação de diplomacia, comunicação e construção de coalizões para persuadir outros estados a adotar as normas. Uma vez que um forte suporte é alcançado, o processo ganha impulso e opera para alterar as convicções dos relutantes estados. Terceiro, o empreendedor normativo se esforça para encontrar um lar organizacional para a norma recém-estabelecida, a fim de que esta se torne autossustentável” (Björkdal, 2007 p 540, tradução nossa)

Björkdal identificou esta estrutura como parte do empreendedorismo normativo da Suécia em pautas de segurança, para o qual o país teve como fórum e “lar organizacional” a Assembleia Geral da ONU e o Conselho de Segurança, do qual foi membro em 1997-1998. Nessa ocasião, os canais identificados para o *advocacy* normativo foram a comunicação unidirecional por meio de discursos e declarações públicas e interações bilaterais de comunicação através da construção de coalizões e da educação (Björkdal, 2007 p. 539-542).

Vale notar que, no caso específico de normas relacionadas à política externa, Claudia Fuentes-Julio (2020) destaca que raramente as lideranças de um Estado são concebidas como empreendedores normativos, pois este papel usualmente é atribuído

a atores da esfera acadêmica e não estatais. No entanto, a literatura recente sobre normas nas relações internacionais vem demonstrando que ‘líderes da política externa alavancam sua identidade e posição para avançar o reconhecimento e difusão de normas já estabelecidas, reenquadrando a prerrogativa moral do interesse nacional’ (Davies, & True 2017).

Na última década, líderes políticos na Suécia se posicionaram em prol da bandeira do feminismo, primeiro na esfera doméstica com o anúncio do Primeiro-Ministro Stefan Löfven e seu governo social-democrata-verde – eleito em 2014 – seria feminista, e em seguida da Ministra de Relações Exteriores Margot Wallström, anunciando que a política externa do país seguiria o mesmo caminho. Mas este importante marco se deu após décadas de pressão interna de uma série de atores e movimentos no país.

Vejamos, então, como se deu esta trajetória da Suécia.

4. Suécia, o caminho traçado

4.1 Antecedentes da Política Externa Feminista

A partir dos anos 70, o foco na luta pela inserção da mulher no mercado de trabalho no mesmo patamar que os homens e o movimento à procura de romper a desigualdade estrutural trouxeram uma série de mudanças no mundo ocidental (Tega, 2010).

Na Suécia, como na maioria das lutas por direitos mundo afora, o movimento pela igualdade de gênero evoluiu como produto e reflexo das angústias sociais da época. Os movimentos feministas voltaram a se agitar na década dos anos 60 e tiveram forte influência sobre as enormes mudanças estruturais promovidas em prol da igualdade de gênero. No caso da Suécia, isso transparece nas várias políticas públicas que passaram a abordar liberdades e direitos em questões de gênero. Entre elas encontram-se: a legalização da pílula anticoncepcional em 1964; a criminalização do estupro marital em 1965; as atualizações dos currículos escolares do ensino primário e secundário para incluir medidas que promovessem a igualdade de gênero, em 1969-1970; a implementação da tributação individual da renda, substituindo a tributação conjunta obrigatória para casais em 1971; a – até então mundialmente inédita – legalização da mudança de gênero para pessoas trans em 1972; a expansão do direito ao aborto para que a mulher tivesse poder de escolha e não apenas acedesse a esta medida por questões médicas ou violência sexual, em 1974; a introdução do seguro parental que dá direito aos pais de compartilhar a licença maternidade/paternidade; a lei contra a discriminação de gênero na vida laboral e a nova lei de sucessão real, que dita que o trono será herdado pelo primogênito do monarca, seja filha ou filho, em 1980; o estabelecimento de subsídios do governo à sociedade civil, com foco na organizações de mulheres, em 1982; a resolução parlamentar, em 1988, sobre um plano de ação nacional de cinco anos para a igualdade de gênero; e, em 1989 a abertura de todas as profissões a mulheres, mesmo nas Forças Armadas (SCB, 2018; Suécia, 2019).

Após algumas décadas de um visível movimento do país em prol da igualdade de gênero, as eleições parlamentares de 1991 viram: o governo de esquerda do partido *Socialdemokraterna* perder sua maioria; a proporção de mulheres no Parlamento diminuir de 38 por cento em 1988 para 34 por cento em 1991 (Eduards, 2002 p. 69);

e um novo partido de direita, o *Ny Demokrati* (do sueco, "Nova Democracia"), entrar no Parlamento sueco. Na época, o movimento feminista (formado por acadêmicas, a sociedade civil e políticas) trabalhava para aumentar a representatividade em volume de mulheres em posições chave no governo. Entretanto, naquele ano, e pela primeira vez desde 1928, a influência democrática das mulheres suecas se viu reduzida (Ulmanen, 1998: 15), o que causou preocupação entre intelectuais feministas do país.

A partir destas eleições, uma rede apartidária de mulheres passou a se movimentar para lutar contra o retrocesso na política sueca. Elas se chamavam *Stödstrumporna* (em português, as "*Meias de suporte*¹") e tinham como objetivo apoiar mulheres politicamente ativas e promover a igualdade e a prevenção da violência contra a mulher e crianças na Suécia.

Inicialmente despercebidas, entre 1991 e 1994, criticaram os partidos políticos existentes pela falta de representatividade feminina. Com demandas claras de que 50% do Parlamento deveria ser de mulheres, e o slogan "salário inteiro, metade do poder", ameaçaram formar um partido de mulheres (Eduards, 2002 p. 69-72; Ulmanen, 1998 p. 235-236). As *Stödstrumporna* foram muito criticadas na época e nunca chegaram a formar um partido, mas angariaram apoio público o suficiente para gerar pressão e obrigar os partidos existentes a se movimentarem. Com exceção de apenas dois partidos (a coalizão Moderada e a Nova Democracia), todos aumentaram a representação das mulheres. Nas eleições parlamentares subsequentes, em 1994, a proporção de mulheres foi de 41 por cento (Eduards, 2002 p. 72-73, Ulmanen, 1998 p. 35).

Enquanto internamente o país presenciava uma luta por espaço entre os conservadores e os progressistas, na esfera internacional dos anos 90, o governo sueco estava entre os países considerados mais avançados em relação aos direitos das mulheres e em prol da igualdade nas Conferências Mundiais de Viena, em 1993, Cairo, em 1994, e Pequim em 1995 (Suécia, 2019 p. 21, 33; Freidenvall, 2006). Por outro lado, internamente, havia grupos que não consideravam o país tão avançado assim e

¹ Em referência ao antigo termo pejorativo para mulheres intelectuais – *Bluestocking* – e ao movimento Estadounidense de libertação das mulheres *Redstockings*.

pressionavam cada vez mais por uma ação política que considerasse a perspectiva feminista.

Vale observar que apesar da Suécia ter sempre se movimentado em prol da igualdade, o termo “feminista” foi associado por muitos com visões extremas de que o feminismo seria anti-homens e/ou com uma elite altamente educada de mulheres, “debatedoras profissionais” (Törnqvist, 2007 p.15), visão que gerou antagonismo entre a academia versus a esfera política, e internamente, no próprio movimento.

Um exemplo disto é que Margareta Winberg, proeminente política do *Socialdemokraterna* – partido que dominou o parlamento por boa parte dos séculos 20 e 21 –, se recusava a ser chamada de feminista até 1993, quando reconheceu o próprio preconceito e concedeu que todo seu trabalho em prol da igualdade de gênero significava que ela era feminista (Ibid.). Nesse mesmo ano, Gudrun Schyman foi a primeira líder mulher do partido de esquerda *Vänsterpartiet*, que ganhou credibilidade e poder de negociação com outros partidos e reforçou a pauta da igualdade. Schyman se manteve como líder durante 10 anos e, da perspectiva política, teve um protagonismo importante e reconhecido pelo movimento feminista. Apesar da forte resistência que enfrentou, defendeu políticas de igualdade salarial, de igualdade de oportunidades e promoveu a posição das mulheres na sociedade, junto com uma série de líderes políticas e acadêmicas que levantaram a bandeira da igualdade de gênero como algo necessário para todos na sociedade, não apenas para as mulheres.

Em 1994 o governo adotou a transversalidade de gênero, ou *gender mainstreaming* – a incorporação da perspectiva de gênero em todos os âmbitos políticos e sociais – como estratégia para atingir a igualdade de gênero no país. Entre as ações foi lançado o conceito “*varannan damernas*”², em referência a que nos assentos do parlamento deveria haver sempre um homem e uma mulher de forma intercalada, resultando em 50 por cento de mulheres no governo (Freidenvall, 2006; Törnqvist, 2007). Entre 1970 e 2002, o parlamento sueco viu a proporção de mulheres parlamentares aumentar de 14 para 45 por cento.

² Provindo de antigos bailes onde, por costume sueco, as mulheres podiam chamar os homens para dançar, uma música sim, música não, alternadamente.

Com maior presença feminina no parlamento, foram trazidos para a pauta geral *assuntos* que eram antes considerados “questões femininas” e que agora ocupavam espaço na política interna no país.

Ao mesmo tempo, no mundo acadêmico a pesquisa de gênero se consolidava como disciplina na Suécia e a abordagem de gênero passou a ser cada vez mais considerada como um padrão a seguir (Suécia, 2019 p. 17).

A década entre 1994 e 2004, viu um processo sociopolítico intenso que elevou a pauta feminista e consolidou normas sociais e a aprovação de leis essenciais para a igualdade de gênero, movimento que foi liderado pela pressão de representantes da sociedade civil, ONGs, associações de mulheres, organizações partidárias e apartidárias, com forte influência do mundo acadêmico.

Alguns marcos importantes deste período incluem: a implementação de uma nova lei nacional pela igualdade; o seguro maternidade/paternidade é estendido para um mês para ambos pais/mães em 1995 e em 2002 aumentado para 480 dias por criança, dos quais cada pai/mãe tem 60 dias não transferíveis; a mutilação genital é proibida por lei, em 1998; a lei que criminaliza a compra (não venda) de sexo, em 1999; o Conselho Nacional para a Paz das Mulheres é estabelecido, em 2000; a lei sobre medidas cautelares é alterada para aumentar a segurança de vítimas e estende a possibilidade de proibição de visitas à casa comum de um casal, em 2003; nova legislação atualiza a com definição do quê é considerado crime sexual, em 2005.

Em 2003, Gudrun Schyman deixa o partido *Vänsterpartiet* em uma nuvem de críticas contra o partido de esquerda que, de acordo com ela, colocava a causa trabalhista acima da pauta feminista, mas ignorava que 50 por cento da força de trabalho sueca era composta por mulheres (Nilsson, 2006). Assim, deixa a liderança do partido e coloca publicamente seu mandato à disposição do movimento feminista.

Já havia passado 10 anos desde que as “Meias de suporte” haviam decidido não formar um partido feminista, alegando a vontade de dar uma chance aos partidos existentes de melhorarem seu trabalho pela igualdade. Uma das participantes do movimento “Meias de suporte” declarou: “Durante dez anos, eles terão que colocar as questões feministas na agenda política, mas se eles não tiverem sucesso, “devemos”

dar outro passo. Foi simples assim” (Tradução nossa. Nilsson, 2006). Mais uma vez, então, se levantou a discussão sobre a criação de um partido feminista.

Em 2004, iniciou-se um processo de discussões e alinhamento por representantes de todos os espectros do movimento feminista: ativistas e acadêmicas que estiveram presentes nos protestos dos anos 60-70, representantes do movimento pela paz, membros das “Meias de suporte”, mulheres do movimento antirracista, do movimento LGBT, jovens feministas do movimento estudantil, jovens ativistas contra a pornografia, mulheres do movimento sindical pelas mulheres e uma representante da esfera política, Gudrun Schyman (Ibid., 2006). Deste processo, em 2005, surgiu *Feministisk Initiativ* (Iniciativa Feminista), inicialmente apresentado como um grupo de *advocacy* criado para impulsionar a pauta do feminismo e pressionar a esfera política, mas que poucos meses depois foi lançado oficialmente como um partido político feminista.

A criação de um novo partido num sistema parlamentar estabelecido, como o da Suécia, causa grande alvoroço interno e, apesar de o partido ter começado com relativamente baixo apoio, passaram os nove anos seguintes ganhando espaço, exercendo forte pressão pela pauta da igualdade, fazendo *advocacy* e comunicação para quebrar o estigma que trazia o termo “feminista”, explicando que a igualdade beneficia a todos no país e fazendo pesquisas para ter dados que revelem os benefícios da igualdade de oportunidades para a sociedade.

A pressão exercida pela criação de um partido feminista continua. Na época, e paralelamente a este processo, figuras políticas do então governo social-democrata, como Margot Wallström (Ministra de Assuntos Sociais), Margareta Winberg (Ministra da Igualdade) e Mona Sahlin (Ministra de Integração) se movimentavam em prol da pauta feminista e lançavam uma série de artigos de opinião nos principais meios de comunicação da Suécia, onde discutiam um assunto interno, a violência contra a mulher, como um problema em “todos os países, independente de credo ou sistema político”, parte das estruturas de gênero e poder que precisam ser desmontadas. Destacavam a importância de ter políticas de integração e de igualdade de gênero ativas, como ferramentas para o desmantelamento de estruturas opressivas, e discutiam como a lei que criminaliza a compra do sexo deve ser implementada de forma a não piorar a situação para as mulheres que se prostituem. O contexto da

discussão ia muito além das fronteiras nacionais, pois discutia como a Suécia deveria agir em questões de tráfico de pessoas e trabalho escravo internacional. Este é um exemplo de como a perspectiva feminista passou a ser tratada na esfera nacional, enquanto crescentemente gerava discussão e reflexões relacionadas às relações exteriores da Suécia.

Em 3 de outubro de 2014, o recém-eleito Primeiro-Ministro da Suécia, Stefan Löfven, fez a Declaração do Governo – tradicional discurso de abertura anual do Primeiro Ministro ao Parlamento. Nele, afirmou

Sr. Presidente, membros do Parlamento Sueco! O novo governo da Suécia é um governo feminista. Papéis e estruturas de gênero limitantes devem ser combatidos. Mulheres e homens deveriam ter o mesmo poder de moldar a sociedade e suas vidas. Só então nossa sociedade e cada ser humano poderão atingir seu pleno potencial.

(Regeringen, Governo da Suécia, 2014)

Nesse dia, Löfven nomeou uma veterana da política para o cargo de Ministra de Relações Exteriores. Margot Wallström entrou na política como deputada pela região de Värmland em 1979 pelo partido Socialdemocrata, e desde então ocupou os cargos de: Ministra do Consumidor, da Mulher e da Juventude; Ministra da Cultura; e Ministra dos Assuntos Sociais da Suécia. No âmbito externo, ocupou altos cargos na União Europeia, inclusive o de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Violência Sexual nos conflitos armados. Na primeira entrevista que ela deu à imprensa em seu novo cargo, anunciou que a política externa da Suécia seria uma "política externa feminista", colocando a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no centro de sua agenda diplomática ([Sveriges Radio](#), 2014).

É importante destacar que, nessa mesma eleição parlamentar, o partido Feministisk Initiativ recebeu 3,1 por cento dos votos nas eleições gerais de 2014, o melhor resultado de sua história, e ganhou assentos em treze municípios nas eleições municipais de 2014 – inclusive nas maiores cidades suecas, Gotemburgo e Estocolmo, onde passou a fazer parte das coalizões de governo pela primeira vez.

A declaração sobre uma nova política externa feminista foi uma grande novidade mundo afora, e Wallström foi considerada por muitos uma visionária. Entretanto, no âmbito doméstico o anúncio não necessariamente chamaria tanto a

atenção, pois a essa altura todos os partidos políticos suecos enfatizavam a igualdade de gênero em seus programas, embora poucos usassem a terminologia feminista (EIA, 2016).

De fato, houve debates internos na diplomacia sueca sobre a necessidade da nomenclatura – política externa *feminista* – e sobre se a declaração pública de 2014 geraria alguma mudança de fato, dado que o país já tinha uma forte veia pela igualdade, o que levaria a considerar a relevância e as implicações do ato de comunicação em si. Inicialmente, o anúncio de uma política externa feminista gerou polêmicas, deixando-se a entender que os temas tratados por tal política seriam “femininos”, pouco objetivos e “delicados”.

Seria possível que o ato de diplomacia, a própria comunicação, trouxesse uma mudança política no país?

4.2. Nascimento da Política Externa Feminista

Com nossa política, construiremos uma sociedade onde todas as pessoas tenham o mesmo valor, os mesmos direitos, oportunidades e obrigações e onde o gênero não limite ninguém.

Primeiro-Ministro Stefan Löfven e Ministra da Igualdade de Gênero Åsa Lindhagen (Governo da Suécia, 2019)

Organizada com base em “quatro R”s, a política externa da Suécia declara que o serviço de relações exteriores, em toda a sua extensão, deverá se esforçar no sentido de fortalecer: os Direitos (*Rights*) – por meio do combate a todas as formas de violência e discriminação que restringem sua liberdade de ação; a Representação (*Representation*), promovendo a participação e a influência das mulheres nos processos decisórios em todas as áreas, e buscando o diálogo com representantes de mulheres em todas as esferas, inclusive na sociedade civil; os Recursos (*Resources*), assegurando a destinação de recursos para promover a igualdade de gênero e a igualdade de oportunidades para que todas as mulheres e meninas gozem dos direitos humanos, com base na Realidade (*Reality*) em que vivem (Suécia, 2019). Enquanto o objetivo interno de igualdade de gênero na Suécia é criar uma realidade na qual “mulheres e homens terão o mesmo poder de moldar a sociedade e suas próprias vidas”, na política externa isto se traduz em seis objetivos específicos:

Pleno gozo dos direitos humanos.

1. Liberdade de ação isenta de violência física, psicológica e sexual.
2. Participação na prevenção e resolução de conflitos e consolidação da paz pós-conflito.
3. Participação política e influência em todas as áreas da sociedade.
4. Direitos econômicos e empoderamento econômico.
5. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Esta definição e estrutura foi oficializada a partir de uma força tarefa lançada pelo gabinete de Margot Wallström em 2015 com o *Plano de ação do Serviço de Relações Exteriores para a Política Externa Feminista 2015-2018, com medidas indicativas para o ano de 2018* (Suécia, 2015). Mas até a publicação – em 2018 – de uma política claramente estruturada no papel, a fala da Ministra Wallström “mais mulheres na política externa significa mais paz”³ traduziu-se, na prática, em ações desde o início de seu mandato, assim como em falas e posicionamentos públicos.

Além de ações de proteção a mulheres e crianças por meio de presença militar, a diplomacia da Ministra Wallström ganhou notoriedade por sua revolucionária franqueza e narrativa feminista. Exemplos disto são as crises diplomáticas enfrentadas por falas de Wallström em defesa dos direitos humanos: com Israel, pelo reconhecimento do estado Palestino, e com a Arabia Saudita, desencadeada por um discurso perante o Parlamento no qual criticou-se publicamente o país, chamando-o de ditadura. No caso do governo saudita, a resposta foi o cancelamento da participação da Ministra em uma reunião da Liga Árabe, na qual falaria sobre direitos da mulher. Perante a reação, o governo sueco não recuou e respondeu com o cancelamento de um acordo comercial de 10 anos para uma parceria na produção de armas suecas com a Arábia Saudita, sacrificando negócios e enfrentando duras críticas da indústria sueca. Em mais de uma ocasião, ações em nome de uma política feminista causaram a retirada de embaixadores de missões estrangeiras da Suécia devido a críticas contra a repressão das mulheres, autoritarismo ou atentados contra os direitos cidadãos. Estas ações suportam o objetivo declarado pelo governo sueco em 2015, de ser “a voz mais forte globalmente pela igualdade e para todas as mulheres e meninas” (Suécia, 2015).

³ Em entrevista para a imprensa, France24, 2020

Com este intuito, em abril de 2018 a Suécia organizou o Fórum de Estocolmo sobre Igualdade de Gênero, que convidou países do mundo inteiro, assim como acadêmicos, ONGs e agências da ONU, para discutir o assunto. Um ano depois, a Suécia organizou o segundo evento – desta vez em colaboração com a Tunísia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a ONU Mulheres – o Fórum da Tunísia sobre Igualdade de Gênero. Ambos os eventos foram um prelúdio para Beijing+25, o Fórum Geração Igualdade 2020 em Paris⁴. Frente à reunião dos países da ONU para discutir os avanços e o futuro da igualdade de gênero mundial, a Suécia se posicionou declarando que continuaria “a desempenhar um papel de liderança para garantir que a Agenda para Mulheres, Paz e Segurança assuma uma posição central na ONU, UE e OSCE” (Suécia, 2019). A Suécia também se comprometeu, em 2019, a dar continuidade à cooperação internacional em prol da segurança para mulheres e pela paz, agenda com para a qual declara ter “usado sua filiação não permanente do Conselho de Segurança da ONU 2017–2018 como uma plataforma” (UN Women, 2019 p. 55).

Em agosto de 2018 o Ministério de Relações Exteriores (MRE) da Suécia, ainda chefiado por Margot Wallström, lançou internacionalmente o “Manual de Política Externa Feminista da Suécia”, (daqui em diante *Manual*), anunciando-o desta forma:

Após um extenso trabalho internacional pela igualdade de gênero ao longo de quase quatro anos, há uma série de lições que o Governo deseja compartilhar - métodos, experiências e exemplos de como a política é conduzida. A esperança é que o Manual seja um recurso valioso para todos os contribuintes do trabalho internacional de igualdade de gênero. (Sweden Abroad, 2018)

Desde então, o Manual entrou na estratégia global de comunicação do MRE da Suécia, amplamente divulgado para a imprensa internacional por esforços das embaixadas e consulados suecos, assim como para grupos de interesse e organizações multiplicadoras da pauta da igualdade de gênero, por meio de participação em eventos,

⁴ Adiado para 2021 devido à pandemia

seminários e palestras⁵. O documento está disponível para uso público⁶ e foi traduzido para o inglês, espanhol, francês e português.

Abordaram-se aqui os principais acontecimentos e atores impulsionadores da pauta feminista na esfera doméstica na Suécia, até o momento em que uma política externa feminista foi anunciada, formulada e divulgada. No próximo capítulo analisaremos se a forma em que a diplomacia sueca apresenta a política externa feminista cabe, ou não, dentro dos conceitos apresentados sobre o empreendedorismo social.

⁵ Informação obtida in loco pela autora, que trabalhou como Oficial de Diplomacia e Assuntos Consulares do Consulado Geral da Suécia no Rio de Janeiro 2019-2021.

⁶ Disponível em <https://www.government.se/reports/2018/08/handbook-swedens-feminist-foreign-policy/>

5. Suécia, empreendedor normativo da política externa feminista?

Desde o início a política externa feminista focou crescentemente em duas áreas: (1) moldar a agenda internacional por meio da perspectiva de gênero a fim de ressignificar e mobilizar a ação política internacional; e (2) exercer o empreendedorismo normativo, guiado por uma estrutura “eticamente informada pela agenda cosmopolita e os direitos humanos” (Aggestam & Rosamond, 2016).

A partir das teorias de Finnermore e Sikkink (1998) sobre os diferentes estágios pelos quais passa uma norma – surgimento, cascadeamento e internalização – e Björkdal (2007), que inclui os meios pelos quais um país consegue cascadear uma norma internacionalmente, avaliamos o caso da política externa feminista da Suécia.

5.1 Surgimento

A teoria de Finnemore e Sikkink (1998) sobre empreendedorismo normativo oferece um arcabouço analítico a partir do qual pode-se analisar efeitos da política externa feminista da Suécia. A Suécia passou décadas construindo seu posicionamento internacional e projetando uma imagem alinhada aos valores nórdicos, de igualdade e humanitarismo. Esta imagem foi utilizada pelos movimentos feministas do país durante as últimas cinco décadas como ponto de pressão doméstica para cobrar atitudes em prol da igualdade de gênero. No início da década de 90, a ameaça da criação de um partido feminista pelo movimento “Meias de suporte” e as acusações de falta de igualdade na Suécia exercem uma pressão tal que, sob o risco de perder apoio e credibilidade, a grande maioria dos partidos do parlamento se posiciona sobre a pauta da igualdade de gênero e passa a, dentro e fora do governo, promover a agenda e se cobrar uns aos outros.

Incentivado pelo movimento feminista interno, composto por ativistas, organizações civis e acadêmicos, e embasado na recomendação da ONU (UN Women, 1997, p.3) o governo passa então a formular uma estratégia de *gender mainstreaming* como forma de trabalho padrão no serviço público, com metas claras para atingir uma divisão igualitária dos assentos no parlamento e, a partir dos anos 90, esta perspectiva permeia todos os governos, independente do espectro político. Acontece então o início de uma disseminação para os diferentes âmbitos da

sociedade sueca, a começar pelo setor público⁷. A Suécia chega então até o ponto em que a declaração do governo, identificando-se como um governo feminista – que trabalha pela igualdade de gênero – é algo considerado senso comum, e o que causa estranheza, em 2014, é a necessidade do uso da palavra “feminista”. A esta altura a Suécia já se considera um país que trabalha por ideais igualitários, mas há pouco conhecimento sobre o significado e as nuances do conceito “feminismo”, e isto apresenta desafios. Falaremos sobre isto mais adiante.

Assim, trabalhando sob a lógica de fazer “o que é correto”, por meio do consenso sobre o que Katzenstein chama de “ideologias de parceria social”, a Suécia se propõe a disseminar a igualdade de gênero para todas as suas políticas, inclusive a externa.

A forma em que a Suécia decide disseminar a sua política externa lembra a estrutura apresentada por Björkdal, sobre como um empreendedor normativo faz o chamado “cascateamento” de uma norma.

5.2 Cascateamento & Institucionalização

Björkdal (2007) divide os elementos necessários para “cascatear” uma norma, também chamados de *advocacy* normativo, e os elenca em algumas ações que caracterizam o empreendedorismo normativo, a saber: a diplomacia, a comunicação e a construção de coalizões. Desta forma, dividimos as ações da Suécia nesta mesma estrutura e avaliamos quem são os atores em questão.

5.2.1 Diplomacia & Comunicação

Observa-se que a comunicação e disseminação foram partes intrínsecas da construção, formulação e execução da política externa feminista da Suécia. A começar pelo lançamento da política, que foi feito em uma entrevista para a imprensa pela Ministra de Relações Exteriores, Margot Wallström, no dia de sua posse; a estratégia

⁷ O setor privado é um caso à parte, possivelmente de interesse para pesquisas futuras.

de divulgação do novo posicionamento do país contou com artigos de opinião e entrevistas para grandes veículos da imprensa internacional⁸, pautados em parte pelo interesse internacional, mas também pela procura proativa destes meios de comunicação, por parte das equipes de diplomacia pública das missões diplomáticas da Suécia mundo afora.

Após quatro anos de implementação, a Suécia publicou um Manual da sua política externa feminista com aprendizados e recomendações, e o divulgou como ferramenta e com o intuito de agir como mobilizador pedagógico entre organizações da sociedade civil, o sistema ONU e outros Estados. Mais uma vez a comunicação foi clara e as missões no exterior da Suécia receberam orientação para divulgar o Manual em suas respectivas localidades. A divulgação foi acompanhada de ações locais de relações públicas, lideradas por embaixadas e consulados para a construção de parcerias.

5.2.2. Construção de coalizões

Como parte do processo de “cascateamento”, Björkdal (2007, p.540) argumenta que o empreendedor normativo se esforça para encontrar um lar organizacional para a norma recém-estabelecida, a fim de que esta se torne autossustentável. Neste caso, a formação de parcerias e mobilização do governo sueco para angariar apoio institucional para a política externa feminista é observada em múltiplas instâncias, a começar pelo forte alinhamento da Suécia com a agenda 2030 da ONU e seu posicionamento proativo de convidar outros Estados a adotarem uma política feminista. Esta intenção permeia o discurso em fóruns internacionais como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, assim como eventos organizados com outras agências ONU, tais como o Fórum de Estocolmo pela Igualdade de Gênero, que foi iniciado pela Suécia, que encontrou apoio institucional junto ao PNUD e à ONU Mulheres, e que teve a segunda edição na Tunísia oficializada como um evento ONU.

Apresentamos, na seção 2.2 deste documento, uma definição de política externa feminista, que está sendo discutida atualmente pela estrutura ONU para

⁸ Como [o artigo de opinião](#) escrito por Margot Wallström para o The Economist “Culture is not an excuse to oppress women”

apresentação na conferência celebratória de Beijing+25; esta definição foi formulada por um grupo de trabalho que conta com forte presença do governo sueco, representado por Ann Bernes, Embaixadora para a Igualdade de Gênero da Suécia e Coordenadora da Política Externa Feminista (Thompson, 2020).

Se a definição de normas é algo que é construído, e atores da Suécia fazem parte do grupo que está construindo o conceito de política externa feminista, possivelmente o posicionamento estratégico em fóruns de discussão seja um dos maiores indicadores da intenção do governo de agir como empreendedores normativos. E o fato de o país ser chamado para ocupar esses espaços de prestígio e relevância também reforça o seu potencial para ser aceito como empreendedor normativo.

Ao buscar incorporar sua visão e influência na visão do sistema ONU sobre a política externa feminista, a Suécia tem uma forte base institucional para conseguir o “lar organizacional” que Björkdal identifica como o último passo, e que, na estrutura de Finnemore e Sikkink, entra na fase da internalização de uma norma, quando ela não é mais contestada.

5.3 Internalização?

A teoria de Finnemore e Sikkink (2008) define a internalização como o estágio em que a norma deixa de ser o objeto de debate, pois há uma aceitação e institucionalização da norma. As autoras observam que neste estágio é possível observar um movimento de “cascata” no qual progressivamente atores da comunidade internacional aderem à norma. Vale considerar que, desde o pontapé inicial da Suécia em 2014, uma série de países entraram no debate: em 2017, Trudeau, Primeiro-Ministro do Canadá, anunciou que sua política de assistência internacional seria feminista; e em 2019 a França fez o mesmo. Em 2020 o México anunciou uma política externa feminista (mencionando a Suécia como um dos países precursores no assunto) e em 2021 a Espanha a seguiu, já apresentando sua proposta com um guia de como o país está fazendo este movimento.

No entanto, recentes estudos comparativos entre as políticas externas feministas da Suécia, Canadá, França e México avaliam que cada país traduziu o conceito de política externa feminista para adaptar à sua própria realidade e que isto resultou em políticas e abordagens completamente diferentes (Zhukova; Sundström;

Elgström, 2021). Portanto, não existe um conceito único e definido sobre a política externa feminista, e se ela ainda se encontra em processo de formulação, não é possível ainda observar a internalização da política no formato em que a Suécia a apresenta. Esta inferência provém de que nenhum outro país seguiu o modelo exato da Suécia, mas claro é que ela pode ter ajudado outros países no impulso rumo à um consenso sobre a necessidade da perspectiva de gênero na política externa.

Possivelmente os estágios apresentados por Finnemore e Sikkink não aconteçam de forma linear e, sim, exista uma sobreposição entre “cascateamento” e internalização de diferentes estágios de uma norma e em diferentes grupos ou camadas da sociedade. Para observar uma penetração total da visão do feminismo é necessário observar estes movimentos por um período maior ao que esta pesquisa permite, ficando aqui uma possibilidade e uma sugestão de futuras pesquisas.

5.4 Críticas & desafios

“Adopting the f-word elevates politics from a broadly consensual orientation of gender mainstreaming toward more controversial politics, and specifically toward those that explicitly seek to renegotiate and challenge power hierarchies and gendered institutions” (Aggestam & Bergman-Rosamond, 2016, p. 323).

Ao mesmo tempo em que a Suécia aspira a um padrão de ética e coerência com a promessa de um governo feminista, e que isto a leva a atingir alta consideração na esfera internacional, esta narrativa também faz com que o país esteja suscetível a um alto padrão de cobrança. Por exemplo, o país sofre fortes críticas pela sua política de migração, que em 2017 tornou impossível para a maioria das pessoas a quem foi concedido asilo o reencontro com as suas famílias. Um dos efeitos da nova legislação é que mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiências, em muitos casos, permanecem em áreas afetadas por conflitos, em campos de refugiados ou forçados a sair em rotas de trânsito de migração, o que representa não só o perigo de vida, mas também aumenta os riscos de exposição à violência sexual e de gênero, bem como ao tráfico humano (Concord Sverige, 2017).

Outro aspecto que traz complexidade no momento de implementar a política externa feminista é a indústria de armas sueca, responsável por um dos principais bens

de exportação do país. Questionamentos de grupos pró-direitos humanos surgem periodicamente a partir da percepção de contradição de um país que se diz feminista, mas vende armas para países considerados antidemocráticos e violadores de direitos.

A governança na tomada de decisões sobre questões das relações exteriores da Suécia parece, às vezes, um pouco desconexa, pois diferentes atores e instâncias do governo cuidam de assuntos que tradicionalmente estão vinculados ao MRE. Esta característica da Suécia pode dificultar a implementação de uma política externa feminista. Por exemplo, não é apenas o MRE que tem poder de decisão sobre o comércio exterior. Assim, a exportação de armas é uma das áreas que mais gera confusão e conflitos, até dentro do próprio governo. Tanto o governo em exercício quanto a agência responsável por produtos estratégicos, a Inspectorate of Strategic Products (ISP), subordinada ao MRE, e o Ministério da Justiça, podem analisar e aprovar acordos de armas à luz da legislação existente e decidir quais fabricantes podem exportar e para quais países. Há anos, a exportação de armas para as Filipinas e para a Arábia Saudita sofre críticas da sociedade civil, imprensa e público, por dar a entender que a Suécia não se importa em fornecer armas para regimes totalitários e com conflitos de alto impacto para civis.

Pode-se argumentar que, por uma questão de congruência, todas as ações do governo em relação a outros países deveriam estar em linha com a política externa feminista. Apesar das dificuldades de implementação e de algumas incoerências, considera-se que o discurso feminista da Suécia não é apenas simbólico, pois, tanto em ações quanto em sua narrativa, atua declaradamente com a intenção de ser um país condutor de movimentos e ações que causam impacto internacional em prol da igualdade de gênero.

A política externa feminista é uma forma de mudar o foco da segurança dos Estados para a segurança humana. Dessa perspectiva, questões ambientais, fluxos de refugiados e doenças como o Ebola também são considerados problemas de segurança. É uma política que enfatiza os direitos das mulheres - aos estudos, à liberdade financeira e à integridade física, e que destaca como são afetadas pelos conflitos armados. Em todos os contextos principais, a Suécia deve ser o país

que faz a pergunta: "Onde estão as mulheres?". Daniel Swedin⁹, Aftonbladet

5.4.1 Política externa feminista como conceito

A “palavra F” é uma nomenclatura complexa e traz muitas leituras possíveis. O fato de um governo adotar o feminismo como posicionamento, ‘pode ser um sinal importante de que um governo está pronto para buscar uma abordagem mais transformadora para o avanço da igualdade de gênero e inclusão, de uma forma que seja intersetorial e que se concentre, em seu núcleo, na transformação das relações de poder, não apenas elevando algumas mulheres’ (ICRW, 2020).

Trazendo mais uma vez a questão sobre os atores que lideram o empreendedorismo normativo, Davies & True (2017) discutem que não é apenas o Estado e sim líderes da política externa que alavancam sua identidade e posição para avançar o reconhecimento e difusão de normas. Considera-se que este seja o caso da política externa feminista da Suécia, que nasce a partir do empreendedorismo normativo de líderes políticas feministas do governo social-democrata-verde, com o impulsionamento de atores do movimento feminista e seus grupos de interesse. Se a concepção do feminismo é de questionador do status quo, perspectiva que observa as relações com as assimetrias de poder e força, será necessário sempre ter líderes com esta perspectiva para manter a política externa feminista vigente?

Por meio da adoção da nomenclatura e bandeira feminista, a diplomacia Sueca abre portas para um novo debate público internacional, fomentando diálogos e debates que dão lugar a discussões e à formulação de políticas similares mundo afora. A partir do seu posicionamento, o país deu visibilidade à pauta e se auto desafiou publicamente a praticar o que prega, convidando outros a também a falarem sobre o assunto publicamente e refletindo a natureza disruptiva que caracteriza a perspectiva feminista, que busca romper estruturas fortemente enraizadas.

⁹ Swedin foi jornalista político para o Aftonbladet, um dos principais jornais na Suécia. Deixou o jornal pouco tempo após a publicação de uma matéria de despedida noticiando a aposentadoria da Ministra de Relações Exteriores, na qual a chamou de “heroína” e argumentou que a política de relações exteriores precisava ter continuação. Pouco depois tornou-se redator de discursos na equipe do atual Primeiro-Ministro da Suécia, Stefan Löfven.

A forma em que isto é feito, sua presença em fóruns globais, a intensa divulgação e *advocacy* com o propósito claro de disseminar a visão feminista posicionam a Suécia como empreendedor normativo, apesar de que como o conceito da política externa feminista é vivo e está ainda sendo formulado, ainda não é possível prever se em algum momento no ciclo da norma ela chegará a ser traduzida de forma universal por todos.

6. Conclusão

Observamos décadas de pressão exercida por atores internos – da sociedade civil e políticos – para promover a igualdade de gênero como norma nacional na Suécia, e vimos que o *advocacy* normativo por parte destes grupos teve um papel importante na adoção interna de uma perspectiva de gênero, que, por conseguinte, posicionou a Suécia como empreendedor normativo do feminismo e que foi base para a adoção de uma política externa na esfera internacional. O país foi o primeiro a usar a terminologia feminista na esfera das RI e isto possivelmente ajudou a normalizar um conceito altamente polêmico, mas que atualmente está também sendo adotado por países como o Canadá, a França, o México e a Espanha.

Dado que ainda há muito debate sobre o conceito da política externa feminista, entende-se que há muitas possibilidades em relação à direção que a norma pode tomar, globalmente. Não há um consenso e o “cascateamento” da política sueca ainda está em curso, o que deixa em aberto as possibilidades de futuros estudos sobre como a norma será traduzida e expressada por outros países.

A falta de definição em relação à esta norma internacional também significa que há inúmeras possibilidades de interpretação e que cada país tem a oportunidade de aprender com experiências precursoras e aplicar a perspectiva de gênero de acordo com o seu histórico e realidade. Observamos o caminho traçado por um país nórdico, e agora teremos a oportunidade de presenciar como países no sul da Europa, na América do Norte e na América Central desenvolverão suas políticas externas feministas. Considerando que o México é um país latino-americano de grande porte, que teve a iniciativa de seguir os passos da Suécia, abre-se o questionamento sobre como poderia implementar-se algo similar no Brasil.

Ainda que não tenha utilizado a nomenclatura “feminista”, o Brasil tem claramente um histórico de participação ativa na esfera internacional, tanto na questão da igualdade de gênero quanto em diversas outras áreas dos direitos humanos. Sem dúvida o arcabouço histórico do movimento feminista brasileiro, a experiência existente de instituições em prol da igualdade de gênero em governos anteriores e a capacidade de formação de redes e coalizões feministas compreendem uma ampla

gama de possibilidades, tanto para futuras pesquisas sobre o assunto quanto para a possível adaptação e releitura do conceito de política externa feminista para a realidade brasileira. É claro, em governos mais alinhados com a igualdade e os direitos humanos.

Dentro dos limites do que era possível fazer nesta pesquisa, tentamos dar os primeiros passos no que poderia vir a ser uma linha de investigação futura. Uma extensão possível do trabalho seria analisar experiências existentes em política externa feminista e avaliar quais aprendizados poderiam trazer para um movimento similar no Brasil.

Referências Bibliográficas

AGGESTAM, Karin; BERGMAN-ROSAMOND, Annika. **Swedish feminist foreign policy in the making: Ethics, politics, and gender**. Ethics & International Affairs, v. 30, n. 3, p. 323-334, 2016. Disponível em: <<https://www.ethicsandinternationalaffairs.org/2016/swedish-feminist-foreign-policy-in-the-making-ethics-politics-and-gender/#fn-11224-1>>. Acesso em janeiro de 2021.

AGGESTAM, Karin; BERGMAN-ROSAMOND, Annika. **Re-politicising the Gender-Security Nexus**. European Review of International Studies Vol. 5, No. 3, Special Issue: The Politicisation of Security: Controversy, Mobilisation, Arena Shifting (2018), pp. 30-48 (19 pages). Verlag Barbara Budrich Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331349927_Re-politicising_the_Gender-Security_Nexus_Sweden's_Feminist_Foreign_Policy>. Acesso em agosto de 2021.

AGÊNCIA BRASIL. 2021. **Brasil e outros 31 países assinam declaração sobre saúde da mulher**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-10/brasil-e-outros-31-paises-assinam-declaracao-sobre-saude-da-mulher>>. Acesso em janeiro de 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. 2019. **Ministro explica orientação sobre expressões de gênero em textos da ONU**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/566029-ministro-explica-orientacao-sobre-expressoes-de-genero-em-textos-da-onu/>>. Acesso em janeiro de 2021.

AGÊNCIA SENADO. 2020. **Senadores reclamam do pouco número de mulheres entre indicados a embaixadas**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/21/senadores-reclamam-do-pouco-numero-de-mulheres-entre-indicados-a-embaixadas>>. Acesso em fevereiro de 2021.

ARAUJO, Raissa Barbosa; ADRIÃO, Karla Galvão. Seminário Internacional **Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds**. Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498697119_ARQUIVO_textocompleto-RaissaBarbosaAraujo.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

AVELAR, Lucia. 2013. **Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras**. Cadernos Adenauer xiv (2013) nº3. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=61097ed5-5f74-a76e-440b-740f803b5775&groupId=265553>. Acesso em novembro de 2020.

BENNER, Thorsten. **O Brasil como um empreendedor normativo: a Responsabilidade ao Proteger**. v. 21, n. 4, p. 35-46, 2013. Disponível em: <https://www.gppi.net/media/Benner_2013_Brasil-Responsabilidade-ao-Proteger.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

BIARRITZ PARTNERSHIP FOR GENDER EQUALITY. 2019. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/40526/annex-recommendations-of-the-gender-equality-advisory-council.pdf>>. Acesso em setembro de 2020.

BJÖRKDAHL, Annika (2007). **Swedish Norm Entrepreneurship in the UN. International Peacekeeping**, 14(4), 538–552. doi:10.1080/13533310701427959 Disponível em: <sci-hub.se/10.1080/13533310701427959> Acessado em dezembro de 2020

CONCORD SVERIGE. **How feminist is Sweden's foreign policy**. 2017 Disponível em: <<https://concord.se/rapporter/granskning-feministisk-utrikespolitik>>. Acesso em outubro de 2020.

CFEMEA. 2015. 25 anos Movimento e Transformação. Plataforma de Experimentação Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/>> Acesso em janeiro de 2021

CHADE, Jamil. **Itamaraty coloca telegramas sobre aborto e gênero em sigilo até 2025**. 2020 Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/11/itamaraty-coloca-telegramas-sobre-aborto-e-genero-em-sigilo-ate-2025.htm>> Acesso em janeiro de 2021.

DAGENS NYHETER. DN Debatt. **Sveriges trovärdighet som handelspartner står på spel**. 2015. Disponível em:<<https://www.dn.se/debatt/sveriges-trovardighet-som-handelspartner-star-pa-spel-1/>>. Acesso em janeiro de 2021.

DESCARRIES, Francine. **Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. Textos de história**, v. 8, n. 1/2, p. 9-44, 2000. Disponível em:<<https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27802>>. Acesso em outubro de 2020.

DOLOWITZ, D. P., & MARSH, D. (2000). **Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. Governance**, 13(1), 5–23. doi:10.1111/0952-1895.00121 Disponível em:< <https://sci-hub.se/10.1111/0952-1895.00121>> Acesso em março de 2020.

EIA - Editors - Ethics & International Affairs Journal (2016) EIA Interview with Karin Aggestam on Sweden's Feminist Foreign Policy – Carnegie Council - Cambridge University Press. Disponível em:<<https://www.ethicsandinternationalaffairs.org/2016/eia-interview-karin-aggestam-swedens-feminist-foreign-policy/>>. Acesso em novembro de 2020.

EGNELL, Robert. **Feminist Foreign Policy in Theory and Practice**. Lund University Journal Statsvetenskaplig tidskrift, paginas 563–587. Vol 118 Nr 4, 2016. Disponível em:<<https://journals.lub.lu.se/st/issue/view/2429>>. Acesso em janeiro de 2021.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. **International organization**, p. 887-917, 1998. Disponível

em:<https://home.gwu.edu/~finnemor/articles/1998_norms_io.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

FREIDENVALL, Lenita. **Vägen till Varannan damernas. Om kvinnorepresentation, kvotering och kandidaturval i svensk politik 1970-2002.** 2006, Department of Political Science, Stockholm University ISBN 91-7155-322-3. Disponível em: < diva-portal.org/smash/get/diva2:189825/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

FUENTES-JULIO, Claudia. Norm entrepreneurs in foreign policy: How Chile became an international human rights promoter. **Journal of Human Rights**, v. 19, n. 2, p. 256-274, 2020.

GOVERNMENT OF SWEDEN. **Why Sweden Wants to be on the Security Council.** 2014. Disponível em: < <http://www.swemfa.se/2014/11/24/why-sweden-wants-to-be-on-the-security-council/>>. Acesso em janeiro de 2021.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA; Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. 2017. Disponível em:<<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>. Acesso em dezembro de 2020.

ICRW, 2020. **Feminist Foreign Policy: A Framework.** Disponível em:<https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2020/03/FFPFramework_d12-spreads.pdf>. Acesso em novembro de 2020.

INGEBRITSEN, Christine. Norm entrepreneurs: Scandinavia's role in world politics. **Cooperation and Conflict**, v. 37, n. 1, p. 11-23, 2002. doi:10.1177/0010836702037001689 Disponível em:<sci-hub.se/10.1177/0010836702037001689> Acesso em novembro de 2020.

NILSSON, Johanna. **Ett Feministiskt initiativ. Hur och varför?** 2006. Disponível em: <<https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1326132&fileId=1326133>>. Acessado em agosto de 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; FARAH, Marta Ferreira Santos. **Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil.** 2018. Disponível em:< <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/uma.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

REGERINGEN, Governo da Suécia. 2014. **Regeringsförklaringen.** Disponível em: <<https://www.regeringen.se/49b6d2/contentassets/436960c05f524109b8a020b879efd76b/regeringsforklaringen-3-oktober-2014>> Acesso em julho de 2021.

RODRIGUEZ, Graciela. 2020. **A Política Externa Brasileira, Subordinada, ideologizada e misógina**. Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17000.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

ROSÉN SUNDSTRÖM, Malena; ELGSTRÖM, Ole. Praise or critique? Sweden's feminist foreign policy in the eyes of its fellow EU members. **European Politics and Society**, v. 21, n. 4, p. 418-433, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23745118.2019.1661940?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em dezembro de 2020.

RUNYAN, Anne Sisson. Book Review: A Feminist Voyage Through International Relations. **Politics & Gender**, v. 11, n. 2, p. 448, 2015. Disponível em: <sci-hub.se/10.1017/S1743923X15000203>. Acesso em setembro de 2020.

SABIÁ DE MOURA, Nayanna; MESQUITA, Murilo. 2019. **Política Externa Feminista? Uma Análise Sobre a Gestão De Margot Wallström No Ministério das Relações Exteriores da Suécia**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 11 (1), 2020. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:QHNxsc8SPk8J:www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/download/448/448+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br#1>>. Acesso em janeiro de 2021.

SUNDSTRÖM, Malena Rosén; ZHUKOVA, Ekatherina; ELGSTRÖM, Ole (2021) **Spreading a norm-based policy? Sweden's Feminist Foreign Policy in international media**, Contemporary Politics, 27:4, 439-460, DOI: 10.1080/13569775.2021.1902629. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13569775.2021.1902629>>. Acesso em agosto de 2021.

SALOMÓN, Mónica. **Exploring Brazilian foreign policy towards women: dimensions, outcomes, actors and influences**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 63, n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292020000100204&lng=en&nrm=iso>. Acesso em dezembro de 2020.

SCHRAEDER, Peter J.; HOOK, Steven W.; TAYLOR, Bruce. **Clarifying the Foreign Aid Puzzle: A Comparison of American, Japanese, French, and Swedish Aid Flows**. World Politics 50.2 (1998) 294-323 Disponível em: <<https://web.stanford.edu/class/polisci243b/readings/v0002023.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

SCB, 2018. **På tal om kvinnor och män, Lathund om jämställdhet** (Statistics Sweden - Women and men in Sweden, Facts and figures) ISBN: 978-91-618-1658-3. Disponível em: <https://www.scb.se/contentassets/528dd6d093b64a38895735f333a89a8a/le0201_2017b18_br_x10br1801.pdf>. Acesso em abril de 2021.

STRÖMBERG, Marcus. 2012. **Backlash för feminismen? En analys av svensk jämställdhetspolitisk idédebatt 1998 – 2011**. Örebro Universitet <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:530818/FULLTEXT01.pdf>

SUÉCIA, Ministério das Relações Exteriores, 2015. **Utrikesförvaltningens handlingsplan för feministisk utrikespolitik 2015–2018 med indikativa åtgärder för år 2018** (Plano de ação do Serviço de Relações Exteriores para a política externa feminista 2015-2018, com medidas indicativas para o ano de 2018) Disponível em:<<https://www.regeringen.se/492373/contentassets/bde3f6684c564292accdf7324f89d679/2018-ars-handlingsplan-for-en-feministisk-utrikespolitik.pdf>> Acesso em junho de 2020.

SUÉCIA, Ministério das Relações Exteriores, 2019. **Manual Política Externa Feminista da Suécia**. Disponível em:<<https://www.government.se/49109d/contentassets/fc115607a4ad4bca913cd8d11c2339dc/handbook---swedens-feminist-foreign-policy-in-portuguese.pdf>>. Acesso em junho de 2020.

SUÉCIA, Ministério das Relações Exteriores, 2018. **Sweden's feminist foreign policy Examples from three years of implementation**, Disponível em:<<https://www.government.se/4ab455/contentassets/654bcc72d8f44da087386b4906043521/swedens-feminist-foreign-policy--examples-from-three-years-of-implementation.pdf>>. Acesso em junho de 2020.

SWEDEN Abroad (2018) **New handbook on Sweden's Feminist Foreign Policy**. Sweden's Embassy in Harare, Zimbabwe Disponível em:<<https://www.swedenabroad.se/es/embajada/zimbabwe-harare/news--events/news/new-handbook-on-femseinist-foreign-policy/>> Acessado em: julho 2021

SVERIGES Radio, 1993. **Stödstrumporna hotar bilda nytt parti**. Disponível em:<<https://sverigesradio.se/artikel/912444>>. Acesso em agosto de 2021.

SVERIGES Radio, 2014. **Wallström: Vi ska ha en feministisk utrikespolitik**. Disponível em:<<https://sverigesradio.se/artikel/5982258>>. Acesso em junho de 2021.

TEGA, Danielle. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em:<<http://hdl.handle.net/11449/109153>>. Acesso em janeiro de 2021.

THOMPSON, Lyric; CLEMENT, Rachel. **Definiendo la Política Exterior Feminista**. ICRW. 2019. Disponível em:<https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2019/11/ICRW_DefiningFeministForeignPolicy_Brief_Spanish.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

THOMPSON, Lyric. Feminist Foreign Policy: A Framework. **International Center for Research on Women**. Disponível em:<https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2020/03/FFPFramework_d12-spreads.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

TICKNER, J. Ann. **Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation**. *Millennium: Journal of International Studies*, 17(3), 429–440. Disponível em: <sci-hub.se/10.1177/03058298880170030801>. Acesso em junho de 2020.

TICKNER, J. Ann. Retelling IR's foundational stories: some feminist and postcolonial perspectives. **Global Change, Peace & Security**, v. 23, n. 1, p. 5-13, 2011. Disponível em: <sci-hub.se/10.1080/14781158.2011.540090>. Acesso em julho de 2020.

TRUE, Jacqui. Feminism and gender studies in International Relations theory. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2017.

TÖRNQVIST, Maria. **Varannan damernas väg till riksdagen**. *Tidskrift för genusvetenskap*, nr 4, 2007. Disponível em: <https://muep.mau.se/bitstream/handle/2043/7039/TGV%204.07%202.pdf>. Acesso em julho de 2021.

UN Women, 1997. Report of the Economic and Social Council for 1997 (A/52/3, 18 September 1997) Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>. Acesso em agosto de 2021.

UN Women, 2019. **Sweden's report on Beijing +25**. Disponível em: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/64/national-reviews/sweden.pdf?la=en&vs=2355>. Acesso em agosto de 2021.

ZHUKOVA, Ekatherina; SUNDSTRÖM, Malena Rosén; ELGSTRÖM, Ole (2021) Feminist foreign policies (FFPs) as strategic narratives: Norm translation in Sweden, Canada, France, and Mexico. **Review of International Studies**, , pp. 1 – 22. Disponível em: <DOI: https://doi.org/10.1017/S0260210521000413>. Acesso em agosto de 2021.